

PROCEDIMENTO DOS DÉFICES EXCESSIVOS

(1.ª Notificação de 2017)

Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, o INE envia para o Eurostat, até ao final do mês corrente, a primeira notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE).

Em cumprimento do disposto na Lei Orgânica n.º 2/2013 – Lei de Finanças das Regiões Autónomas, Capítulo V – Prestação de contas, Artigo 21.º sobre o Procedimento dos Défices, a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM), apresentou no passado dia 17 de março ao Grupo de Trabalho das Administrações Públicas - grupo formado por técnicos do Instituto Nacional de Estatística (INE), do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal e da Direção Geral do Orçamento - uma estimativa da Conta não financeira e financeira da Administração Pública Regional (APR) da Madeira, na ótica das Contas Nacionais, de acordo com a metodologia do SEC 2010 e do Manual do Défice e da Dívida aprovado pelo Eurostat.

A compilação da capacidade / necessidade líquida de financiamento e da dívida pública é efetuada em estreita ligação com as autoridades estatísticas nacionais, ou seja, com o INE no primeiro caso e com o Banco de Portugal no segundo. Estes organismos são ainda responsáveis pela validação da informação reportada.



Saldo da Administração Pública Regional

No quadro seguinte apresenta-se o saldo da APR da Região Autónoma da Madeira entre 2013 e 2016 por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional da Madeira	Anos			
	2013	2014	2015	2016
	Final	Final	Provisório	Provisório
Governo Regional da Madeira	0,1	80,3	74,1	-160,6
Serviços e Fundos Autónomos da APR	114,2	35,7	48,5	26,9
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	-30,7	-1,4	57,4	363,7
Capacidade (+)/necessidade (-) líquida de financiamento	83,6	114,6	180,1	230,1

Em 2016, a capacidade de financiamento da Administração Pública Regional da Madeira situou-se em 230,1 milhões de euros. Note-se que 2016 foi o quarto ano consecutivo em que se registou um saldo positivo nas contas da Administração Pública Regional e aquele no qual esse saldo atingiu o valor mais expressivo. Com efeito, em 2013, a capacidade de financiamento da APR da Madeira fixou-se nos 83,6 milhões de euros, em 2014 subiu para os 114,6 milhões de euros, em 2015 voltou a crescer para os 180,1 milhões de euros, tendo em 2016 ultrapassado a barreira dos 230 milhões de euros.

De realçar que o saldo negativo no subsector do Governo Regional da Madeira (GRM) e o saldo largamente superavitário no subsector das Empresas públicas classificadas no perímetro da APR deve-se fundamentalmente à conversão de suprimentos em capital em algumas empresas públicas (APRAM, SDNM, SDPO, SMD e SDPS)¹ no valor de 323,8 milhões de euros. No saldo global da Administração Pública Regional o impacto é nulo, no entanto esta operação tem um impacto negativo no subsector Governo Regional da Madeira e um impacto positivo de igual dimensão no subsector das Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR.

No apuramento do saldo das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. Na Contabilidade Pública segue-se uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos em períodos anteriores. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a

¹ APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.; SDNM - Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A.; SDPO - Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A.; SMD - Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.; SDPS - Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.



delimitação sectorial do sector das Administrações Públicas, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao sector institucional das Administrações Públicas na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse sector, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das Administrações Públicas de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

Abaixo apresenta-se um quadro que sintetiza os principais ajustamentos para o ano de 2016.

Unid: milhões de euros

Rubricas	2016
Saldo em contabilidade pública	-20,0
Varição passivos - outras contas a pagar do GR e SFA	228,5
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	363,7
Outros ajustamentos	- 342,1
Saldo em contabilidade nacional	230,1

A passagem de um saldo negativo em contabilidade pública para um saldo positivo em contabilidade nacional explica-se fundamentalmente pelos pagamentos (regularização) de dívidas de anos anteriores, refletidos na rubrica "Varição passivos – outras contas a pagar do GR e SFA".

Dívida Bruta da Administração Pública Regional

Relativamente à dívida bruta, de acordo com a legislação europeia sobre esta matéria, importa ter presente os seguintes esclarecimentos: i. É excluída a dívida comercial que não esteja incluída em acordo de regularização de dívida; ii. É excluída a dívida das empresas públicas que não integram o sector das Administrações Públicas; iii. A dívida dos municípios e freguesias localizados nos territórios das Regiões Autónomas é registada no subsector da Administração Local.



No quadro seguinte apresenta-se os valores da dívida bruta regional entre 2013 e 2016, por subsector.

Unid: milhões de euros

Administração Pública Regional (APR)	Anos			
	2013 Final	2014 Final	2015 Provisório	2016 Provisório
Governo Regional e Serviços e Fundos Autónomos	3 185,7	3 699,8	3 961,8	3 954,9
Empresas Públicas classificadas no perímetro da APR	1 105,2	1 057,0	972,3	884,4
Dívida Bruta	4 290,9	4 756,9	4 934,1	4 839,3
Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado	4 031,4	4 124,2	4 158,9	x
<i>Por Memória:</i>				
Rácio Capacidade / necessidade líquida de financiamento da APR no PIBRpm	2,1%	2,8%	4,3%	x
Rácio Dívida Bruta da APR no PIBRpm	106,4%	115,3%	118,6%	x

PIBRpm - Produto Interno Bruto Regional, a preços de mercado

x - Não disponível

A dívida bruta da Administração Pública Regional da Madeira em 2016 situava-se nos 4 839,3 milhões de euros, tendo diminuído cerca de 94,8 milhões de euros em relação ao ano de 2015.

A diminuição verificada entre 2015 e 2016 é justificada essencialmente pela amortização dos empréstimos associados às empresas classificadas no perímetro da APR e pelo pagamento dos Acordos de Regularização de Dívida.

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 479/2009 do Conselho, as notificações iniciam um trabalho conjunto das autoridades estatísticas nacionais com o Eurostat o qual, no prazo de 3 semanas, deverá apreciar as notificações e publicar os resultados finais para todos os Estados-membros.



Direção Regional de Estatística da Madeira

"Uma porta aberta para um universo de informação estatística"